

Um olhar sobre a ideia de natureza na produção de Raymond Williams

A look into the idea of nature in Raymond Williams' work

<https://doi.org/10.34112/2317-0972a2022v40n84p85-100>

HIAGO VACCARO MALANDRIN¹

RESUMO: Apresentaremos neste artigo como o autor galês Raymond Williams (1921-1988) trata do contraste entre as diferentes representações de campo e de cidade no tecido literário inglês, e suas implicações para o entendimento de uma ideia mais geral de Natureza, composta para além de elementos literários, econômicos, políticos e sociais. Ao longo do texto, aproximaremos Williams de outros autores que igualmente mobilizam a discussão da cultura por meio da literatura e da história, como Keith Thomas, Ernst Curtius e Norbert Elias, a fim de exemplificar como a ideia de natureza, dentro de um contexto inglês, surge como oposição a uma noção de cultivo e cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Raymond Williams; natureza; campo; cidade.

ABSTRACT: In this article, we will present how Welsh author Raymond Williams (1921-1988) deals with the contrast between the different representations of countryside and city in the English literary fabric and its implications for the understanding of a more general idea of composite Nature, beyond literary elements, of economic, political and social elements. Throughout the text, we will bring Williams closer to other authors who equally mobilize the discussion of culture through literature and history, such as Keith Thomas,

1. Universidade Estadual de Campinas – Campinas – Brasil.

Ernst Curtius and Norbert Elias, in order to exemplify how the idea of nature, within an British context, appears as an opposition to a notion of cultivation and culture.

KEYWORDS: Raymond Williams; nature; country; city.

INTRODUÇÃO

Se nos atentarmos aos conhecimentos da natureza e da história que datam do século XX em diante, veremos que estes não mais “se digladiam como seria na época da concepção mecânica do mundo” (CURTIUS, 1996, p. 47). Ernst Robert Curtius, ao elaborar tal formulação, sinaliza como os conhecimentos referentes a uma ideia de natureza e de uma ideia de história convergem para uma nova concepção de mundo, mais abrangente, que dá forma ao semblante científico de nosso tempo, sendo esse um tempo marcado, que se passa na modernidade e no ocidente colonizado. Curtius nos informa, de partida, que os progressos do conhecimento humano construído sobre a natureza são verificáveis apenas quando os desmembramos nas diferentes disciplinas que compõem as ciências naturais da atualidade, enquanto o progresso do conhecimento histórico, por outro lado, “só voluntariamente o podemos admitir” (CURTIUS, 1996, p. 38), uma vez os representantes desse progresso “são sempre indivíduos isolados que em razão de abalos históricos, como guerras e revoluções, são levados a encarar novos problemas” (CURTIUS, 1996, p. 34).

Ao pensarmos no enunciado por Curtius quanto ao problema da experiência histórica dos indivíduos – entendida aqui em seu sentido derrotista –, precisamos deixar de lado o embate entre os conhecimentos sobre a natureza e a história e nos focarmos, brevemente, nesta última enquanto uma paisagem sobre a qual são construídas inúmeras experiências. Se imaginarmos rapidamente os principais eventos históricos contemporâneos que carregaram implicações para o desenvolvimento da história intelectual da atualidade, podemos estabelecer correlações para com a história pessoal dos indivíduos presentes em tais eventos. Entre uma série de nomes que poderíamos citar aqui, iremos ressaltar a composição da intelectualidade britânica sob o contexto do pós-guerra, a qual é composta por nomes como Richard Hoggart, Edward Thompson, Eric Hobsbawm e, em especial para nós, Raymond Williams, cuja história individual faz fronteira com parte da história cultural da intelectualidade inglesa do pós-segunda guerra. Fronteira, aqui, não é entendida tão somente no sentido de limite geográfico, mas recobre também a noção de uma demarcação cultural, geracional e emocional na trajetória de Williams entre os

mundos rural e urbano.² Tais elementos rurais e urbanos e possíveis relações destes com a trajetória de Williams são identificados também na relação que se exprime em *O Campo e a Cidade* quando o autor trata das afinidades dos cenários campestres e citadinos na trajetória da Inglaterra e nos apresenta o modo sob o qual as imagens de ambos foram criadas e recriadas no tecido literário inglês.

Ao enunciar a relevância de tais elementos contrastantes entre a vida campestre e a vida citadina que serão tratados em *O Campo e a Cidade*, Williams nos conta que “ainda que o campo e a cidade guardem esta importância profunda, cada um a seu modo, meus sentimentos já estão comprometidos antes mesmo que tenha início qualquer argumentação” (WILLIAMS, 2000, p. 17). Confiamos desse modo que a armação teórica elaborada por Williams neste livro, ao apresentar uma análise das representações literárias ao longo da história inglesa, carrega também uma perspectiva pessoal do autor em torno da temática mais ampla de uma ideia de natureza. Isso porque o período sobre o qual Williams volta sua atenção no livro destacado – os séculos XVI, XVII e XVIII – corresponde a um momento de expansão de domínios territoriais e coloniais inglês. É interessante pensar que a partir da colonização – que também carrega em seu cerne um marco civilizatório para a história ocidental – o binarismo campo e cidade surge, hierarquizando uma em detrimento da outra, e também criando essa separação entre cultura e natureza, entendendo esta última como algo a ser domado, dominado e explorado. Portanto, como iremos mostrar ao longo do texto, ao tratar de uma perspectiva sobre a natureza dentro do pensamento de Williams, também trataremos não apenas de uma reorganização econômica da Inglaterra, mas também de uma investida civilizacional, que vai impactar tanto na dinâmica local – observada por Williams – quanto na dinâmica global e no domínio capitalista europeu a partir dos séculos estudados.

RAYMOND WILLIAMS E UMA IDEIA DE NATUREZA

Podemos sinalizar que, a partir de uma análise de sua origem, evolução e diferenciações de uso, Williams reconhece que “Natureza talvez seja a palavra mais complexa da língua” inglesa (WILLIAMS, 2007, p. 293). O fato de ser “palavra” implica, assim, que existe um sentido historicamente a ela associado. Isso porque o objeto de estudo do autor não seria a busca pelos “verdadeiros” campo e cidade

2. Conferir: PAIXÃO, Alexandro Henrique; MELO, José Ricardo Beltramini de; MURAD, Mariana Carvalho. *Cultura e experiência nos romances de Raymond Williams*. *Leitura: Teoria & Prática*. v. 37, n. 77. p. 17-32. 2019.

– seus verdadeiros sentidos históricos –, mas sim as “representações” desses cenários, contidas, principalmente, no tecido literário. O estudo das representações, nos termos do autor, é central, pois nessas representações estão contidas tanto “imagens e associações” quanto “atitudes emocionais poderosas”, cujo sentido histórico pode ser extraído quando “conectadas à experiência historicamente variada” que deu suporte a tais representações (WILLIAMS, 2000, p. 11-12). Natureza, portanto, parece conter dentro de si significados por vezes contrastantes, mas cujo entendimento corresponde à compreensão de uma parte significativa da história humana. De forma que o que interessa para Williams, assim como para nós,

não é o significado mais adequado, mas a história e a complexidade dos significados: as alterações conscientes ou seus usos conscientemente diversos; e, com a mesma frequência, aquelas mudanças e diferenças que, marcadas por uma continuidade nominal, expressam radicalmente mudanças diversas, muitas vezes despercebidas, em um primeiro momento, na experiência e na história (WILLIAMS, 2011b, p. 90).

O significado da palavra natureza não pode ser devidamente avaliado sem que se entenda o contexto histórico e social em que é utilizada e passa a adquirir novos sentidos, ou seja, é necessário conhecer a “referência”, nos termos de Williams. O autor procura identificar representações e atitudes para com o campo e a cidade que, no contexto inglês, devido ao processo de Revolução Industrial, cristalizaram-se de tal forma e “num grau tão acentuado que, sob certos aspectos, não se encontra paralelo” (WILLIAMS, 2000, p. 14). O fato fundamental é que, com toda a experiência da Revolução e de suas transformações, as “atitudes inglesas em relação ao campo e às concepções de vida rural persistiram com poder extraordinário, de modo que, mesmo depois de a sociedade tornar-se predominantemente urbana, a literatura, durante uma geração, continuou basicamente rural” (WILLIAMS, 2000, p. 14). Williams nota, de partida, como diferentes elementos bucólicos podiam ser encontrados ao longo do movimento literário europeu, evidenciando como toda uma tradição de “poesia da natureza” – vigorosa, autônoma e com um sentido particular de natureza –, foi capaz de encontrar meios de perpetuar uma imagem coletiva de “campo” para além do século XVIII, mesmo durante os processos de urbanização.

Em *O Campo e a Cidade*, Williams mostra que a construção da representação do campo oscila ao longo do tempo entre “sentimentos e ideias”, por meio de uma rede de relacionamentos e decisões. O contraste com a cidade se dá por meio de

relações que extrapolam o emaranhado de ideias e experiências individuais, referenciando-se a um sistema mais amplo que compreende relações de “aluguéis e juros”, bem como de “situação e poder” (WILLIAMS, 2000, p. 19). A princípio, isto se dá na medida em que a noção de natureza era usada enquanto uma qualidade “essencial” do campo para se contrapor às consequências da civilização, tanto em termos aparentemente objetivos e visíveis – na paisagem campestre –, como em termos subjetivos, na medida em que significava uma qualidade primordial, intrínseca aos seres humanos – a natureza humana. Esta era justamente a expressão de uma “estrutura de sentimento” do século XVIII, cujo sentido perdura até a contemporaneidade do autor: “A afirmação da natureza em oposição à indústria e da poesia em oposição ao comércio; o isolamento da humanidade e da comunidade na ideia de cultura, em oposição às pressões sociais concretas da época” (WILLIAMS, 2000, p. 135).

Sobre os séculos XVI, XVII e XVIII, Williams destaca a permanência de uma reorganização econômica da Inglaterra rural, período em que a propriedade rural e a produção a ela associada passam a se relacionar diretamente com a cidade, uma relação posta pela presença da natureza: a exploração da terra pelo homem, uma vez que esse campo e essa terra são entendidos como uma propriedade, sendo o humano o centro desse sistema de exploração. E esse é, seguramente, o fato que escapa de uma grande fração da poesia bucólica, mas que está contida, em alguma medida, nas relações e intenções realistas do século XVIII. Keith Thomas (2010, p. 350) identifica que os lucros rurais eram consumidos na cidade e que era no espaço citadino que pairava a concepção de que ali se encontrava “a sociedade mais sofisticada, as últimas modas e os vícios mais caros”, enquanto, no campo, a vida rural favorecia a “carência do anonimato”, o que fazia da cidade um cenário melhor para a “intriga clandestina”, ou seja, os vícios citadinos. E é exatamente nessa relação de “lucros” que Williams situa a natureza como o elemento capaz de mediar a exploração que tem lugar no campo e que é “concretizada e concentrada” na cidade, mas também de gerenciar como os lucros provenientes de outros tipos de exploração – citadinos – “vão penetrar o campo, como se (mas trata-se de uma aparência apenas) fossem um novo fenômeno social” (WILLIAMS, 2000, p. 71).

Em *Cultura e Sociedade*, Raymond Williams estabelece a existência de um mapa semântico a partir do qual se torna possível examinar as mudanças sociais e culturais que ocorreram na sociedade inglesa nos séculos XVIII e XIX, a partir dos processos inculcados pela Revolução Industrial e a construção do Estado Moderno. Nesse mapa semântico, cinco são as palavras de destaque para o autor: democracia, classe, arte, indústria e cultura (WILLIAMS, 2011b, p. 15). Como

podemos notar, “natureza” não se faz presente entre as palavras selecionadas, levando-nos então a questionar em que medida essa palavra estabelece conexão com o mapa semântico do autor. Nas palavras de Williams, temos que

a ‘natureza’ possui uma continuidade nominal, por muitos séculos, mas pode ser vista, pela análise, como complexa e em mudança, à medida que outras ideias e experiências se modificaram. Eu já tentei analisar algumas ideias semelhantes crítica e historicamente. Entre elas estavam a cultura, a sociedade, o indivíduo, a arte e a tragédia. Mas devo dizer desde já que, embora essas ideias sejam difíceis, a de natureza faz com pareçam relativamente simples (WILLIAMS, 2011b, p. 89-90).

Para que possamos pensar o lugar teórico da ideia de natureza na obra de Williams, precisaremos então rever também o lugar de “cultura”. Referente aos sentidos da palavra cultura, em especial entre o fim do século XVI e início do século XVII, podemos citar a reorganização das mais variadas definições presentes nas concepções de “sociedade” e de “economia”, em que ambas passam a afetar indiretamente o conceito de cultura. Ao apontar que não se trata de uma mudança direta, Williams indica que com esta mudança o conceito de cultura não se alterou no mesmo instante que os outros dois, mas que, dadas as novas condições comerciais e sociais, passou a abarcar em si novos significados, tais quais os de comportamento, progresso, desenvolvimento. Os diferentes empregos atribuídos à palavra cultura, no recorte temporal apresentado, acabam por culminar, por volta do século XVIII, em uma interpretação de cultura que representa “um processo geral de progresso intelectual e espiritual tanto na esfera pessoal como social” (CEVASCO, 2003, p. 09), ou seja, cultura, nesses termos, havia ganhado um novo sentido, correlacionado às noções de civilidade, erudição e, em especial para nós, de “civilização”.

Norbert Elias identifica que até meados do século XVIII cultura e civilização eram termos que se referiam, em larga escala, a “processos ativos”, ou seja, a ações continuadas que se reproduzem com regularidade, passando a remeter no século XX, a “algo quase que inteiramente estático” (ELIAS, 1997, p. 119), com ambos termos perdendo a característica processual para se referir agora a um novo agrupamento de significados inertes. Isso porque, foi a partir dessa mudança de atitude para com o sentido de cultura, com a transferência da ênfase emocional ligada ao progresso e ao futuro para um apego ao passado e ao presente, ocorrida nas sociedades europeias desenvolvidas no século XVIII, que “conceitos tais como civilização e cultura

mudaram de conceitos referentes a processos – desenvolvimentos progressivos – para conceitos relativos a estados imutáveis” (ELIAS, 1997, p. 130). Esta “tendência crescente para conceituar processos como se fossem objetos imutáveis representa o padrão mais generalizado de desenvolvimento conceitual que se desenrolou em direção inversa ao da sociedade em seu todo” (ELIAS, 1997, p. 119); ela foi percebida por Elias e é igualmente presente na obra da Williams, ao passo que este último nota como, até o século XVIII, o conceito de cultura se apresentava majoritariamente como parte de um processo objetivo: cultura de animais, plantas, ou da própria mente humana; sempre, portanto, associado a uma lógica de produção, criação e cultivo.

Tal assertiva se relaciona aos três sentidos-chave da palavra “cultura” apresentados por Williams, e para dois deles o conceito de natureza se mostra fundamental: o sentido de cultura como um processo “íntimo”, e o sentido de cultura associado à produção das “artes” ou “humanidades”, conforme tentaremos mostrar (WILLIAMS, 1979, p. 25). A formação de uma nova ambientação intelectual, artística e humanística se enquadra nos requisitos para a construção de uma imagem de civilidade, e o reconhecimento do fim do processo civilizador nas cidades industriais será fundamental para o entendimento da separação definitiva entre cultura e civilização. De modo que

‘civilização’ e ‘cultura’ (especialmente em sua forma comum antiga, de ‘cultivo’) eram de fato, em fins do século XVIII, termos intercambiáveis. Cada um deles tinha o problemático sentido duplo de um estado realizado e de um estado de desenvolvimento realizado. Sua divergência final teve várias causas. Primeiro, houve o ataque à ‘civilização’ como superficial, um estado artificial, em contraposição a um estado ‘natural’; um cultivo de propriedades ‘externas’ – polidez e luxo – em contraposição a necessidades e impulsos mais ‘humanos’ (WILLIAMS, 1979, p. 20).

Para que fosse possível o afastamento entre os conceitos de cultura e civilização, a ideia de natureza teve de desempenhar um duplo papel. O primeiro, mais imediato e evidente, está relacionado à crítica à civilização via identificação desta à vida urbana e industrial das cidades³, enquanto o segundo, mais abstrato, apresenta a natureza enquanto interlocutora do sujeito em seus processos íntimos e reflexivos. Referente à crítica à civilização, a encontramos em paralelo ao desenvolvimento do sentido de indústria e cultura durante os séculos XVIII e XIX, quando um dos principais sentidos

3. Esta discussão encontra-se principiada no livro de Maria Elisa Cevasco, *Dez Lições Sobre os Estudos Culturais*.

de natureza se fixou, justamente ligado às mudanças comerciais nas relações entre campo e cidade, entre o rural e o urbano. O segundo sentido, derivado diretamente do primeiro movimento comparativo entre campo e cidade, indica-nos que, embora em termos econômicos os vínculos funcionais e as relações materiais entre campo e cidade estivessem fortalecidos, em nível retórico permaneciam destacadas “comparações abstratas” entre a “virtude rural” e a “ganância urbana” (WILLIAMS, 2000, p. 85).

Williams percebe como, em virtude do latente sentimento da revolução, a sociedade inglesa se reorganizou em torno do mercado e de novas formas de atividades econômicas, quer fosse na produção industrial, quer fosse na produção agrícola administrada, colocando cidade e campo como partes de uma mesma relação (WILLIAMS, 2000, p. 140). A natureza foi consumida pelos novos processos, pelos novos tempos, e se tornou cada vez mais distante dos indivíduos que se relacionamento diretamente com a natureza campestre. Nesse sentido, indicamos que a natureza foi consumida porque há uma relação de inferioridade e subordinação aos humanos, reflexo dos diferentes processos de melhoramento e cercamento da terra, de expansão territorial e de colonialidade.⁴

Partindo das ponderações de Williams sobre a relação entre o homem e a natureza, temos a indicação de que o que está em jogo é uma carência de sensibilidade estética para com a natureza e o campo, a qual é substituída pela “riqueza” predominante de um mundo novo, não mais natural. Isso porque há uma hierarquização do papel do indivíduo humano – iremos especificar mais à frente que se trata de uma figura bastante particular – e sua centralização em relação à própria natureza e demais seres vivos. Essa hierarquização e centralização na figura humana são as bases do antropocentrismo, fruto também de diferentes processos humanos associados “à terra”, seja processos locais de submissão da natureza ao homem, ou processos mais abrangentes de colonização, que atuam como base para os binarismos de campo e cidade, de urbano e rural, e sobretudo de cultura e natureza. Este último será nosso enfoque para tratar dos demais binarismos, porque, ao se atentar para o estudo da lírica romântica, Williams nota que é nela que serão consolidados os sentidos decisivos – e discordantes – de cultura e de natureza.

Referente ao binarismo apresentado, temos o sentido de cultura, em sua gênese, enquanto sinônimo de cultivo, não só da terra, mas também de “cultivo espiritual” ligado a uma “vida interior”, ao “processo imaginativo” e à “sensibilidade” do

4. Neste artigo estamos discutindo um contexto inglês bastante particular, mas referente à discussão da construção de uma ideia/conceito sobre natureza para além do cenário inglês recomendamos a leitura de Frantz Fanon, *Condenados da Terra*.

homem (WILLIAMS, 1979, p. 21). O segundo sentido abordado será o de natureza, em diálogo com o primeiro, de modo a expor este que é um princípio essencial dessa mesma “imaginação criadora” comum (WILLIAMS, 2007, p. 295). Mas essa é uma elaboração construída historicamente e que não necessariamente retrata a realidade do campo – enquanto o espaço da natureza – como espaço em oposição à civilização. Logo, o “campo natural”, enquanto oposto à cidade, é também representado como contrário à civilização, e, portanto, se opõe à noção de civilidade. Williams entende que aquilo que é natural em sua gênese não é entendido como civilizado, e se opõe assim ao conceito de cultura. Temos assim que, no contraste literário entre campo e cidade, encontra-se efetivada uma oposição que se evidencia como essencial para o desenvolvimento da ideia de cultura, por meio da oposição presente entre as diferentes significações de natureza e civilização.

O que estava sendo operado via poesia, no final século XVIII, era, não a construção imagética de um espaço onde o homem da cidade pudesse se refugiar, mas, mais do que isso: “a figura que precisamos procurar não é um tipo de natureza, mas um tipo de homem” (WILLIAMS, 2000, p. 202). Ora, se os homens da cidade estavam envoltos em mundanidade e sofrendo a pressão de um modo de vida industrial e civilizado, era preciso então se enfatizar um outro tipo de personalidade, responsável por preservar os valores de uma comunidade que se julgava perdidos. Todavia, esse “homem”, que não estava presente no campo, mas que servia como referência para sua representação, era, na verdade, um tipo de homem bastante específico. Não se tratava do trabalhador rural – que por sua vez já havia sido apagado da literatura do campo –, mas sim do homem citadino – e também solitário.

Essa figura correspondia, dentro do tecido literário, ao poeta, ou melhor, para usarmos novamente um termo característico desse momento histórico: ao gênio. Se nos debruçarmos sobre o livro *Cultura e Sociedade*, podemos perceber uma clara relação entre o ideal do gênio e a sujeição da esfera artística às leis de mercado estabelecidas nesse contexto inglês, no qual esse novo sujeito era apresentado como uma resposta às novas imposições feitas ao trabalho artístico (WILLIAMS, 2011a, p. 60-61). Em reação a isso, propõe-se um novo sistema de pensamento sobre a arte. Williams identifica, em antítese ao mercado, que, na arte, um dos elementos mais importantes será a ênfase na natureza, por ser justamente o local onde o artista poderia se isolar das “deformidades da vida em multidão” (WILLIAMS, 2000, p. 206).

É nesse contexto que a ideia de natureza, até então tida como local de isolamento garantido frente à vida citadina, sofre um processo de abstração na literatura inglesa e

passa a ser entendida “como princípio de criação, do qual a mente criadora faz parte, e com o qual podemos aprender as verdades de nossa própria natureza, harmonizadas com as da natureza exterior” (WILLIAMS, 2000, p. 214), uma vez que “a consciência não podia ir além disso, dentro dessa estrutura” (WILLIAMS, 2000, p. 197). Temos assim a imagem da natureza também como afirmação essencial do homem, o qual não aparece mais como elemento inerte no campo, mas sim como o homem da cidade que contempla o campo. Aqui encontramos novamente a natureza, ou o campo, não como constituintes da essência humana, mas subordinados – e subjugados – como um espaço de utilidade para a criação humana, em que se tornava possível observar “uma separação mediada por uma projeção do sentimento pessoal numa Natureza subjetivamente particularizada e objetivamente generalizada” (WILLIAMS, 2000, p. 226). Em outras palavras, foi pelo isolamento da natureza das relações de trabalho campestres e pela ação humana oriunda do campo que se tornou possível cunhar o termo “natureza” enquanto princípio da atividade imaginativa e de uma mente criadora, e, portanto, como um dos princípios mais importantes dentre os valores humanos que se elegeram na literatura romântica. Uma vez posto que a natureza não mais representa uma descrição de um espaço campestre, mas sim toda afirmação da humanidade, precisamos dar o próximo passo em nossa investigação: entender como essa abstração da ideia de natureza se relaciona ao conceito de cultura.

Na medida em que cultura passa a se contrapor, em um sentido positivo, à ideia de civilização, a natureza também passa a ser encontrada nessa nova relação, de tal forma que a cidade é encarada como “uma selva sórdida onde as pessoas tinham uma pele branquicenta e baça”, em que a alternativa para os sujeitos dessa selva cidadina “era muitas vezes concebida em termos do refúgio rural” (WILLIAMS, 2000, p. 37). E será nesse contexto que, na literatura inglesa, a figura do homem será reintegrada ao sentido de natureza, preservando o aspecto mais animalesco – selvagem – de sua relação com o mundo natural. Como escreve Williams, “a selva social, a corrida dos ratos, os guardiões de território, os macacos nus; foi assim que amargamente a ideia de homem fez parte novamente da ideia de natureza” (WILLIAMS, 2011b, p. 110). Nesse sentido, a relação entre natureza e cultura é íntima no cenário que ambos os autores, Thomas e Williams, observam. Como dito por Keith Thomas, “Adão foi colocado em um jardim e o paraíso terrestre associado às flores e às fontes”, mas quando os homens pensam no “paraíso da salvação”, geralmente, “o visualizavam como uma cidade, a Nova Jerusalém”. Por séculos a fio os muros da cidade simbolizaram

“tanto segurança quanto o empreendimento propriamente humano”, e, para além disso, enxergá-los tranquilizava o poeta cidadão (THOMAS, 2010, p. 345).

Nesse contexto, a influência religiosa produziu muitos processos de subjetivação; entretanto, na medida em que a influência religiosa perde espaço para o processo imaginativo individual presente no tecido literário, é justamente a natureza que irá ascender como o princípio de reencantamento do campo, tendo como centro não um princípio religioso, mas a possibilidade de desenvolvimento da vida interior, da subjetividade, da imaginação e do próprio indivíduo.⁵ Ou, em outros termos, a natureza representava a via de união entre o desenvolvimento “íntimo” do espírito e as atividades imaginativas e de criação artística apresentadas anteriormente; ela representava uma via de associação entre o indivíduo e a cultura.

Ainda que o progresso urbano e industrial colocasse como necessidade o uso – e sobretudo exploração – da natureza, nas correntes românticas seu sentido mais disseminado falava de um “interesse crescente em preservar a natureza inculta como uma indispensável fonte de riqueza espiritual” (THOMAS, 2010, p. 355), o que levou “natureza” a descrever a “ausência do homem” e, por consequência, um afastamento da civilidade. Ao passo que o componente descritivo do bucolismo original podia ser isolado, a exaltação da beleza natural, ao ser isolada, passa a retratar a natureza observável – “a do cientista ou do turista – e não a do camponês que trabalha” (WILLIAMS, 2000, p. 40). Isso porque, ainda que sejam nascidas no campo as maiores realizações humanas – entre elas a própria cidade –, estas são desassociadas da forma comum de civilização. Assim, para que fosse possível operar tais descrições sobre a natureza e construir uma imagem bucólica de campo foi necessário operar de forma simultânea um apagamento da figura do trabalhador rural e das relações de exploração no cenário campestre. Apagamento este observado em diferentes relações, para além daquelas estabelecidas no tecido literário inglês, como podemos testemunhar na literatura nacional brasileira, não apenas pelo apagamento do trabalhador rural, mas também pelo de figuras de povos nativos/originários, ribeirinhos, quilombolas, que acabaram rasuradas nesse processo.

5. Referente ao princípio de reencantamento do campo – e também da natureza – é válido ressaltar que este se mantém vivo na grande maioria dos povos originários e dos povos sequestrados de seus continentes durante os processos de colonização. Há várias referências atuais que marcam essa relação de intimidade, de ausência ou de separação entre o humano e a Natureza. Como indicação para essa temática apresentamos os seguintes nomes nacionais: Ailton Krenak, Gersém Baniwa, Célia Xakriabá, Negô Bispo, Luiz Rufino, Luiz Antônio Simas, Daniel Munduruku, Eliane Potiguara e Geni Núñez.

No entanto, não há um contraste unilateral, em que o campo e a cidade apenas fornecem ou recebem produtos ou fundos um do outro. Ao observarmos as reais relações estabelecidas, em especial com a chegada do século XVIII, vemos que, embora a premissa para o movimento de cercamento e melhoramento da terra venha da cidade, Williams nos indica que os meios para sua real efetivação ocorrem no campo, sendo por isso, um movimento em que o campo tem destaque – embora nos lembre que parte considerável do produto comercial da exploração rural acabe por encontrar sua conversão em bens e fundos apenas ao adentrar espaços urbanos. Com a chegada dessa nova lógica de operar o campo, os valores “tradicionais” entraram em crise com os valores trazidos pelas mudanças: a poesia setecentista campestre não mais era marcada pela “idealização do arrendatário feliz e do refúgio rural” do início do século XVII, substituindo essa idealização por uma “consciência acentuada e melancólica das mudanças e perdas, a qual terminou estabelecendo, de uma maneira nova, uma estrutura convencional de retrospectção” (WILLIAMS, 2000, p. 88-89).

Essa nostalgia, para além de ser uma resposta às novas mediações que colocavam o campo em evidência, também encontrava argumentos na crescente repugnância pela aparência física da cidade. Desde o século XVII, “quem amava o campo não odiava necessariamente a cidade. Mas era cada vez mais frequente de sustentar que a cidade mais bela seria a de maior aparência rural”; a desruralização da cidade levou a uma crescente insatisfação com o ambiente urbano que favorecia uma imagem mais favorável do campo (THOMAS, 2010, p. 359). As “virtudes campestres” ganhavam, gradativamente, um tom abstrato e idealizador na medida em que a relação do campo com a cidade não era mais descritiva em função de seu real vínculo. Desde antes do século XVIII, “a devoção às atividades rurais era uma característica das classes altas inglesas”, uma vez que, durante séculos, a aristocracia inglesa teve bases rurais, por ser uma agricultura altamente capitalizada o fundamento de sua riqueza. E, exatamente por isso, “seus membros tinham apego aos esportes campestres; eram, muitas vezes, bons conhecedores de história natural, e idearam conscientemente uma paisagem rural que tanto forneceria lucro como recreação” (THOMAS, 2010, p. 15-16).

Para esses homens era interessante que o ideal de um passado feliz – marcado pela natureza idealizada – viesse a interromper os processos de mudança por meio da dispersão de um sentimento de desilusão. Ao tratar da prática do passado feliz e da retrospectção a um “ideal de natureza e de passado mais feliz”, Williams identifica um motivo semelhante a Thomas, o de que existiam interesses de uma dada classe rural aristocrata, tal que “esses homens [do campo], tendo subido na vida graças às

mudanças no campo, rapidamente passavam a reclamar das novas mudanças, ou da continuação do processo de mudança interior” (WILLIAMS, 2000, p. 66). A “confiança agrária” do século XVIII era, portanto, acompanhada desse sentimento de melancolia e de um sentimento de arrependimento. Essa é a verdadeira mudança de mentalidade, a construção por uma minoria de uma nova consciência sobre a natureza, surgida justamente na época em que a transformação intencional e exploratória da natureza local e das colônias – não apenas da água e da terra, mas também das matérias-primas e dos elementos essenciais – iria entrar numa nova fase: a dos processos que hoje denominamos industriais (WILLIAMS, 2000, p. 177).

Com o processo de desenvolvimento que partiu dessa reorganização econômica e política, uma ideologia já vigente desde o século XVI foi atualizada e apareceu de forma decisiva: “ao mesmo tempo em que organizou a reação à pobreza [...], a nova ideologia, por outro lado, vinculou a pobreza ao trabalho de novas maneiras” (WILLIAMS, 2000, p. 119), de modo que a repressão à chamada “vadiagem” – ela própria a consequência de uma mobilidade socialmente incitada –, tornou-se alvo. O objetivo da legislação contra a vadiagem, em um contexto bastante específico da sociedade inglesa entre os séculos XVII e XVIII, era obrigar os sem-terra a aceitar o trabalho assalariado, perante a nova organização da economia (WILLIAMS, 2000, p. 118-119). Esta é uma nova organização no cenário inglês com a inclusão da perspectiva de trabalho nas relações entre campo e cidade acompanhada de uma mudança consciente na especificidade do trabalho ali exercido, em que se torna observável também inclusão da imagem dos trabalhadores do campo na produção literária e artística elaborada sobre a natureza. Williams observa aqui a distinção entre dois campos rurais: “os campos encantadores dos ‘que lavram’[...] e a realidade dos ‘lavradores míseros a trabalhar’” (WILLIAMS, 2000, p. 118). Encontramos aqui a distinção entre o proprietário que “lavra” a terra, e os trabalhadores que apenas “trabalham” nela, ou seja, esses indivíduos que desempenham apenas parte do processo de trabalho – mas nunca sua totalidade, da qual o proprietário e empregador se apropriou – não têm direito à terra, uma vez que, sendo esta atribuída aos empregadores, não pertence aos trabalhadores sob uma perspectiva comercial (WILLIAMS, 2000, p. 129). Torna-se bastante perceptível, portanto, que aqueles que antes eram residentes e trabalhadores dos espaços rurais ingleses e que vieram a compor uma maioria de sem-terra em decorrência dos melhoramentos e cercamentos se tornaram, sem outra opção, membros da classe trabalhadora das novas cidades industriais, dando prosseguimento ao fluxo de trabalhadores assalariados para as cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de natureza em *O Campo e a Cidade* marca a profunda modificação de sensibilidades que ocorreu na Inglaterra entre os séculos XVI e XVIII, em que os usos vão se moldando e se tornando mais sofisticados, conforme novas estruturas de sentimento são postas. Natureza pode ser inferida na obra de Raymond Williams, portanto, como uma lógica localizada entre dois elementos distintos. Natureza se destaca como entremeio das representações literárias e históricas do mundo rural e do mundo urbano construídas por meio de diferentes experiências humanas igualmente históricas e também sociais. A literatura inglesa passa de uma discussão da “extensão de areias escaudantes” e áridas, para outro cenário, preocupado agora em retratar “a crise específica do capitalismo rural e do industrial” (WILLIAMS, 2000, p. 130-131). Entretanto, relembramos que “nas terras áridas, a culpa era da Natureza; mas, aqui, quem será o culpado?” (WILLIAMS, 2000, p. 131). E é sob tal contexto que examinamos um perpétuo recuo a uma sociedade “orgânica” ou “natural”. Se relembrarmos o apresentado anteriormente por Norbert Elias, encontramos o autor comentando sobre como natureza e cultura “mudaram de conceitos referentes a processos – desenvolvimentos progressivos – para conceitos relativos a estados e imutáveis”, o que, em alguma medida, dialoga brevemente com a indagação: “onde acaba a natureza? onde começa a cultura?”

Segundo Levi-Strauss, formulador da indagação apresentada, a resposta reside na definição de que o que difere o estado natural de algo de seu estado cultural (social) é a existência de uma “regra”, que aqui entenderemos como uma especificação, uma disposição, ou ainda um princípio comum. Entretanto, não foi Goethe quem escreveu que “toda regra destrói o verdadeiro sentimento e a verdadeira expressão da natureza”? A leitura da natureza no contraste entre campo e cidade demonstra ser então a recuperação de uma constante, de um sentido que passou a ser cunhado no século XVI e que se manteve presente na história da sociedade inglesa. Essa nova consciência – ainda que restrita – surge justamente na época em que a transformação intencional da natureza iria entrar na fase dos processos industriais. Quando isolamos e denominamos o fenômeno literário presente numa sociedade, como fora observado previamente por Curtius ao estudar a literatura europeia, temos a garantia de demarcar um ponto de apoio para a construção de uma análise sobre esta mesma sociedade. Conseguimos, ao menos neste ponto determinado, penetrar na estrutura concreta da matéria literária, e aqui reside a síntese de Williams. A sociedade é reconhecida como mutável, mas algo permanece: uma noção de natureza que, ao se

edificar sob uma armação primeiramente literária, mas também histórica e cultural – armação esta que avança no tempo –, pôde ser moldada, ganhando e perdendo significados, mas mantendo a característica central de ordenar as experiências humanas durante as diferentes fases de reorganização das relações entre campo e cidade.

E esse sentido contínuo, esse princípio comum, em Williams, é encontrado quando o autor galês coloca em evidência um elemento bastante específico: a questão do trabalho no campo, ou ainda, o trabalho como um elemento que se mantém presente na história do campo. Uma regra consistente de presença, que coloca a natureza em segundo plano quando observamos o campo e sua relação com a cidade. Ao passo em que a sociedade ocidental se torna mais civilizada com o movimento de industrialização, torna-se perceptível que a ideia comum de natureza e exploração da natureza não muda, não é superada, uma vez que sempre é mantida uma lógica de relações de poder, trabalho, esforço, interesse, e de “aluguéis e juros”. Trabalho, cultura, processos modernizadores, revolução industrial, as sínteses de Williams sobre a natureza introduzem novas palavras-chave que se localizam em torno de uma perspectiva de natureza para o autor.

REFERÊNCIAS

- CEVASCO, M. *Dez Lições Sobre os Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- CURTIUS, E. *Literatura europeia e Idade Média latina*. Tradução de Paulo Rónai. São Paulo: Hucitec, Ed. da Universidade de São Paulo, 1996.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães*. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Organização de M. Schroeter. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.
- THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800). Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- WILLIAMS, R. *Cultura e Sociedade*: de Coleridge a Orwell. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2011a.
- WILLIAMS, R. *Cultura e Materialismo*. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011b.
- WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- WILLIAMS, R. *O Campo e a Cidade*: na história e na literatura. Tradução de Paulo Britto. São Paulo: Companhias das Letras, 2000.
- WILLIAMS, R. *Palavras-chave*: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

SOBRE O AUTOR

Hiago Vaccaro Malandrin. Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE/UNICAMP), com dissertação intitulada “Sobre Raymond Williams e a perspectiva de natureza: a circulação transatlântica de *O Campo e a Cidade* no Brasil (1989–2019)”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo FAPESP nº 2019/00323-0).
E-mail: hiago.malandrin@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7521-3452>.

Recebido em 04 de junho de 2021 e aprovado em 21 de dezembro de 2021.